

IX Semana de Estudos de Problemas Mínero - Metalúrgicos

DATA — 9 de maio de 1957.

LOCAL — Instituto de Engenharia de São Paulo

ASSUNTO — «A POLÍTICA TRIBUTÁRIA E A SUA INFLUÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-INDUSTRIAL»

CONFERENCISTA — Econ. Gerson Augusto da Silva

PRESIDENTE — Eng. Firmino Rocha de Freitas

ORIENTADOR — Eng. Eros Orosco

ABERTURA

ENG. FIRMINO ROCHA FREITAS — Declaro abertos os trabalhos desta noite, em que trataremos da Política Tributária e sua Influência no Desenvolvimento Econômico Industrial.

Tenho a honra de convidar o Sr. Presidente do Instituto de Engenharia de São Paulo a assumir a Presidência dos nossos trabalhos. Desejo esclarecer à nobre assistência que o Sr. Presidente do Instituto de Engenharia de São Paulo foi por nós convidado a assumir a Presidência dos nossos trabalhos em virtude do não comparecimento, por motivos imperiosos, do Dr. José Augusto Zezerra de Medeiros, que, pelo programa, deveria ser o Presidente desta reunião.

Agora, desejo convidar, para participarem da Mesa, o Cel. Avelino de Camargo, representante do Estado Maior do Exército; o Cel. Aarão Benchimol, representante do Estado Maior das Forças Armadas; o Eng. Ferruccio Fabrini, representante do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro. (Palmas)

Tem a palavra o economista Gerson Augusto da Silva, que é o conferencista desta noite.

A Política Tributária e a sua Influência no Desenvolvimento Econômico - Industrial

ECON. GERSON AUGUSTO DA SILVA — Ao Sr. Presidente, aos Srs. membros da Mesa e aos Srs. responsáveis pelo Centro «Morães Régo», eu pediria licença para falar sentado, inclusive porque, assim, o contacto com o microfone se faz de forma mais natural. Eu pediria, ainda, desculpas ao auditório, por não ter escrito esta exposição, nem mesmo preparado com o devido cuidado um esquema dos assuntos que serão objeto desta conferência. Por outro lado, não tive mesmo a intenção de fazê-lo, pois vivendo um pouco intensamente os problemas relativos à formulação das diretrizes da política fiscal do governo, há algum tempo, preferia dar um carácter informal a esta exposição, lançando algumas idéias, alguns temas, à meditação deste tão seletto auditório, no sentido de facilitar a criação de um estado de consciência em torno de problemas que, cada vez mais, estão assumindo maior importância nos destinos do país.

Senhores, falar do papel que deve desempenhar a política tributária no desenvolvimento econômico do país corresponde a admitir como disse, que os instrumentos fiscais sejam um processo de intervenção do Estado na política ou na ordem econômica. E mais ainda, corresponde a uma tomada de posição em relação à não neutralidade da política fiscal em relação a certos objetivos básicos da política econômica.

O primeiro ponto na fixação de algumas preliminares, que nos parecem indispensáveis, a fim de balisarem o terreno que gostaríamos de palmilhar nesta exposição, seria situar comparativamente qual a função que deve desempenhar, em nosso entender, a política tributária em relação aos processos de intervenção do Estado na ordem econômica. Imaginamos que se poderiam agrupar os mecanismos de intervenção, mesmo nos países de estrutura liberal, ou baseada fundamentalmente na iniciativa privada, em processos de intervenção direta e processos de intervenção indireta. Estariam no primeiro grupo todas as formas através das quais o Estado assume um controle gerencial ou patrimonial das empresas, substituindo-se aos empresários. Sem dúvida alguma, já foram proclamados com a necessária ênfase os males enormes, a distorsão que tem decorrido para a economia brasileira e um certo abuso da ação do Estado nas tentativas de absorver ou de substituir aos empresários privados

numa economia de estrutura capitalista. Mantendo todos os estímulos que são próprios da dinâmica do sistema capitalista, o Estado não preparado, não recebendo os mesmos estímulos, tem interferido demais, em nosso entender, procurando assumir a responsabilidade de numerosos serviços, assumindo o controle gerencial ou patrimonial de grande número de empresas, para cuja gestão não está suficientemente aparelhado. Entendemos que, para fixação de posição, nesta altura, teríamos de caminhar para devolver à iniciativa privada numerosos serviços e empreendimentos, que têm contribuído, pela ação do Estado, para a redução da produtividade média do trabalho e do capital no Brasil.

Outro processo, ainda, que situaríamos na órbita dos mecanismos de intervenção direta chamaríamos, na falta de outra designação, o controle policial. O Estado, embora não assumindo a responsabilidade da gestão da empresa, estabelece normas de ação, critérios limitativos, ou condições de execução da sua atividade. Tais são a COFAP e a antiga CEXIM, instrumentos regulatórios, exercendo um controle policial, quer regulando a atividade policialmente, estabelecendo normas de ação, quer assumindo o controle gerencial das empresas. São formas de ação do Estado, procurando induzir a atividade econômica, à revelia das leis normais do mercado.

De outro lado, citaríamos as formas de intervenção indireta, ou de ação por indução, em que, respeitadas as leis normais do mercado, as leis econômicas fundamentais, o Estado procura, através de estímulos e de freios, modificar o comportamento da procura e da oferta e induzir o sistema econômico para determinados rumos ou para determinadas finalidades, sem desrespeitar as leis normais do mercado e sem, entretanto, cair no liberalismo puro e simples que representaria colocar-se na atitude de mero espectador da ordem econômica. Os processos de intervenção indireta ou de ação do Estado, por indução, exigem, entretanto, em primeiro lugar, um conhecimento mais refinado das reações do próprio sistema econômico. A provocação de cada uma das decisões ou instrumentos de ação do Estado, pressupõe situar cada decisão isolada, dentro de uma órbita de política econômica global; pressupõe fixação de diretrizes; pressupõe até mesmo a definição de uma filosofia do Estado e inclusive a colocação da própria economia a serviço de objetivos mais altos da ordem social e política.

Um certo primarismo que tem caracterizado a ação do governo nos últimos anos ou em quase toda a nossa história, não por defeito ou por falta de patriotismo dos homens do governo, mas em virtude da inexistência de uma infra-estrutura de um Estado de consciência suficientemente estruturado, suficientemente esclarecido, para que determinadas concepções, certos comportamentos passem a se constituir num meio normal de ação de governo.

O que temos observado é que os processos de intervenção direta são mais primários, prescindem de certos conhecimentos básicos de economia, são decisões arbitrárias da autoridade e, portanto, prescindindo de certos conhecimentos básicos, são mais adequadas à ação pragmática de autoridades ou do próprio governo.

Entretanto, por felicidade nossa, a melhoria dos estudos de ordem econômica, o melhor nível do ensino nas nossas Faculdades, o aparecimento de número cada vez mais crescente de economistas conscientes do seu papel, a melhoria do serviço de assessoria dos setores fundamentais do governo, vai contribuindo, paulatinamente, para, se não imprimir diretrizes novas a soluções, pelo menos a tentar o equacionamento de problemas de forma um pouco menos pragmáticas, menos empírica do que até hoje tem servido de norma à ação governamental.

Dentre os instrumentos de ação indireta, dividiríamos em instrumento de política monetária, abrangendo moeda, crédito, câmbio, e instrumento de política fiscal. Tôdas as tentativas que se têm feito no Brasil, no sentido de imprimir certos objetivos econômicos à ação de certos instrumentos do Estado, têm se confinado, até hoje, à órbita monetária. Considera-se mesmo, como sinônimo de ação econômica a ação que se exerce através dos mecanismos do câmbio, através da disciplina do crédito, através dos elementos reguladores dos frutos da moeda de um modo geral.

O outro setor, o setor que se refere à atividade tributária, é considerada, em contraposição, como o outro lado; quer dizer, o financeiro. Divide-se na atividade do governo um setor econômico em contraposição ao setor financeiro. Fala-se em solução econômica em contraposição à solução financeira. Ora, êste é um dos primeiros pontos ou das primeiras balizas que gostaríamos de colocar como preliminar desta exposição. E' que moeda-crédito, câmbio, assim como impôsto ou disciplina da despesa, todos, representam um instrumento da política econômica. A ação de um impôsto tem que se colocar a defesa da economia, da mesma maneira que uma decisão da política de crédito ou de política cambial. Infelizmente, enquanto se procura, até certo ponto, ou melhor, enquanto se entende que a ação dos instrumentos de política monetária devam estar a serviço de um determinado pensamento, de uma determinada diretriz da política econômica, a presunção que tem prevalecido até hoje, a respeito da ação dos instrumentos fiscais obedece a uma ordem diversa de considerações. E não evolui nem a concepção do sentido, nem os instrumentos da ação, na órbita fiscal. Os instrumentos de ação fiscal ainda estão, no Brasil, como se estivéssemos no século XIX, em pleno regime liberal, na sua concepção clássica do estado neutro em relação à vida econômica. Ora, os instrumentos de intervenção indireta, segundo nossa concepção, tem

por objetivo impulsionar o desenvolvimento econômico, no sentido de melhorar o bem estar das populações do Brasil e de corrigir os desequilíbrios. Ocorre que êsse desequilíbrio seria, para nós, de duas ordens: de um lado, os desequilíbrios conjunturais ou desequilíbrios na dinâmica do processo econômico; de outro, situaríamos os desequilíbrios de ordem estrutural. Tôdas as preocupações da economia moderna, sobretudo da política econômica moderna, tem se concentrado na idéia fundamental da correção do desequilíbrio de ordem conjuntural. Tôda construção teórica de Lord Keynes e tôda compreensão pós-keynesiana foi construída na base de processos de ação do Estado, para evitar ou para corrigir as tendências para os desequilíbrios assinalados pela variação dos ciclos econômicos. Ora, partindo da presunção de que nem todos os elementos do auditório têm que conhecer certas idéias básicas, quero pedir desculpas para fazer uma exposição, para situar melhor o problema. A concepção de política econômica resulta da análise das causas das grandes crises e depressões econômicas. Verifica-se que de tempos em tempos o mundo sai de um período de prosperidade e entra numa fase de crise, caindo novamente num período de depressão econômica, caracterizado pelo desemprego, por falências em massa, por quedas de preços, até que num determinado momento apresenta sinais de recuperação e novamente retoma o seu ritmo de progresso. Tôda construção teórica de Lord Keynes foi baseada fundamentalmente na explicação das causas dêsses desequilíbrios econômicos periódicos da economia mundial. E como a preocupação não era de corrigir a fase de progresso, e, sim, de impedir que o mundo entrasse em nova crise de depressão, construiu-se todo um instrumental de análise teórica das atividades econômicas, no sentido de armar o Estado de instrumentos capazes de no momento preciso impedir que a atividade econômica iniciassem um recesso e que a economia de um país, por solidariedade a economia do mundo ou de uma parte dêle, entrasse novamente em crise de depressão. Todos os princípios de economia monetária, ou mesmo de política fiscal construídos após o desenvolvimento da teoria keynesiana podem ser caracterizados como política econômica de defesa contra a depressão. Ocorre que a depressão é fundamentalmente uma crise de consumo, em face da tendência dos países altamente industrializados, para o acúmulo crescente de capital para aumento da produtividade. As crises cíclicas são crises de produção, são crises do volume físico de produção. Todas as vêzes que, por uma depressão, do consumo, gera-se por via de consequencia o desemprego dos fatores de produção. As crises de depressão são essencialmente uma doença das economias altamente desenvolvidas, com o ritmo de formação de capital acelerado. Desde que se verifique uma arritmia entre o desenvolvimento da capacidade de consumo e o desenvolvimento da capacidade de produção, ela pode gerar, num determinado momento, uma crise que faz desencadear a de-

pressão. Ora, daí decorre uma primeira conclusão de uma das nossas teses. Tôda construção teórica de política funcional, ou anti-cíclica, que enche os tratados europeus e americanos, não resolvem os problemas básicos da economia do País. Porque os desequilíbrios que nos perturbam não são os desequilíbrios cíclicos. Sendo o Brasil país de economia reflexa, o que somos é apenas o espelho de um estado da economia mundial. Há determinados países que são fontes de irradiação, de variações nas tendências dos ciclos econômicos. Quando num país, como os Estados Unidos, se desencadeia uma depressão econômica, o reflexo sôbre a economia brasileira existirá qualquer que seja a política que o govêrno ponha em prática. Pouco nos importa saber todo o manancial de instrumentos e medidas que a economia moderna colocou à disposição dos Estados altamente desenvolvidos para impedir que se desencadeie uma crise de depressão. Todo êsse arsenal será inadequado, insuficiente, porque seremos fatalmente arrastados pela depressão, que se manifeste nas suas fontes de irradiação mundial. Portanto, só por interêsse acadêmico é que teríamos de nos preocupar fundamentalmente com todo o arsenal de análise teórica, que os economistas modernos põem à disposição dos órgãos de govêrno nos países altamente industrializados. Se a propensão para poupar, se a capacidade de investimentos num país como o Brasil baixa, se, por outro lado, sendo baixo o poder aquisitivo da população brasileira, e, portanto, muito alta a propensão para consumir, a não ser por um ato reflexo, uma economia do tipo da brasileira, como a dos países sub-desenvolvidos de um modo geral, não são de molde a criar o clima propício a uma crise de depressão. Essa depressão será adquirida e nunca resultará da dinâmica da vida econômica de um país subdesenvolvido porque o elemento motor — que é a depressão do consumo ou a arritmia do consumo em relação à capacidade de produzir — não tem, pelo menos na prática, condições de surgir na economia de um país subdesenvolvido.

Ora, a arritmia entre a insuficiência da capacidade de produção, em relação à propensão crescente para consumir, a tendência para criar uma outra ordem de desequilíbrio que é a inflação, desequilíbrio de caráter monetário, atinge a dinâmica dos preços e não as curvas de produção. E quase sempre a inflação é provocada por um certo desregramento na criação imoderada de meios de pagamento.

Como a tendência da arritmia do organismo econômico subdesenvolvido é a de crescer o consumo mais depressa do que a capacidade de produzir, o desequilíbrio que se traduz chama-se inflação. Inflação é a doença conjuntural dos países subdesenvolvidos, como a ameaça de depressão econômica representa a doença mais apropriada às economias altamente industrializadas.

Ora, se somos impotentes para corrigir ou para nos defender de uma crise cíclica de depressão mundial, a ação de política

no âmbito da correção dos desequilíbrios conjunturais se circunscreve, em países de economia como a do Brasil, a evitar ou a corrigir desequilíbrios de ordem monetária, desequilíbrios que poderíamos caracterizar sem precisar definir, como a da inflação. Entretanto, a inflação entre nós, como os desequilíbrios conjunturais, mais do que a depressão, representa o sintoma de uma doença e não propriamente a doença. É o estado de subdesenvolvimento econômico que caracteriza a enfermidade do organismo e não a inflação que poderíamos chamar a febre e não a doença em si mesma.

Com todo instrumental de ação do governo que podemos pôr em prática, o máximo que poderíamos conseguir, seria o de corrigir o desequilíbrio conjuntural caracterizado pela inflação. Entretanto, eliminado o processo inflacionário, estamos convencidos que não resolvemos os problemas básicos que se propõe a um governo de um país subdesenvolvido, que é um baixo índice de renda per capita, portanto, traduzindo numa incapacidade de consumo, num estado de insatisfação social, que representa o elemento fundamental, o elemento essencial a constituir preocupação da ação do governo.

É evidente que o doente pode morrer da febre, mas dar remédio para a febre, colocar em banho frio ou dar cafiaspirina, não é suficiente para corrigir a doença fundamental.

Esses dois pontos situam os dois polos de ação do governo, que seria quebrar as pontas de um falso dilema que se tem pretendido colocar diante dos governos de todos os países subdesenvolvidos. É a possibilidade de promover o desenvolvimento econômico sem inflação ou, pelo menos, com o mínimo de desequilíbrio conjuntural caracterizado pela inflação.

Seria um pouco fastidioso entrar na análise das causas da inflação. Mas se fizermos, não uma análise teórica, mas uma análise prática do que tem produzido a inflação no Brasil, chegaremos facilmente à conclusão de que tudo resulta da criação imoderada de meios de pagamento, quer através de «deficits» orçamentários, quer através de expansão de crédito acima dos limites das necessidades. O fato é que a curva de crescimento da produção, no Brasil, tem seguido um ritmo independente da ação do governo. Em determinadas épocas, verifica-se que a curva da capacidade de investimentos está mais ligada à nossa balança de pagamentos. A natureza das relações de trocas entre o Brasil e o resto do mundo, quanto ao preço dos produtos de exportação, do Brasil, cresce mais do que cresce o preço dos produtos de importação ou importados pelo Brasil. A economia ganha um novo suprimento de recursos. Quando há um fluxo novo de capitais externos, ela ganha um fluxo novo de recursos. A capacidade de poupança da economia brasileira não tem variado muito na curva dos anos. A modificação do ritmo de investimentos no Brasil, portanto, da capacidade econômica, tem-se feito mais em função de fluxos externos do que do incremento da capacidade

de poupança ou da capacidade interna de capitalização. Isto é um dado pragmático objetivo. Ora, as oscilações da nossa capacidade de investimento quase sempre tem se produzido por fatores externos, fatores decorrentes ou à revelia da ação do governo, normalmente. E raramente elas têm decorrido de uma decisão consciente e programada do governo, ou por imperativo de guerra, ou quando se dá, em países concorrentes com o Brasil, determinadas crises, por essa ou aquela circunstância, que surgiu à revelia das decisões políticas internas. Entretanto, se o aumento da capacidade de produção tem sido muito pouco afetado por decisões conscientes e deliberadas de governos, o aumento da capacidade de consumo, pela criação imoderada de meios de pagamento, provocando desequilíbrio entre o aumento da produção e o aumento da capacidade de consumo, através da criação artificial de processos de pagamento, é que tem gerado processos inflacionários. Ora, daí resulta a seguinte conclusão: que nos dispensaríamos de demonstrações mais longas: da política de combate à inflação ou tendente a obter, para o país, uma relativa estabilidade monetária, estabilidade de preços se situa na órbita estritamente monetária. A idéia de combater a inflação pelo desenvolvimento econômico nos parece esdrúxula, como tese geral, porque o problema não é da insuficiência de produção para atender ao consumo. O que tem sido gerado por causas artificiais, o que tem sido feito artificialmente, e afetado artificialmente, é a própria capacidade de consumo, quer através de salários decretados, quer através de expansão imoderada do crédito, quer através de «deficits» vultosos, que determinam a criação de moedas para atender ao desequilíbrio financeiro do governo. Essa é que tem provocado. Portanto, a ação, no sentido dos desequilíbrios conjunturais, tem que se situar na órbita da política monetária. Parece-nos, portanto, inteiramente inadequado utilizar-se o instrumento de política fiscal para corrigir desequilíbrios caracterizados pela inflação.

Todo o instrumental de ação no campo monetário através do qual o governo tem procurado corrigir os desequilíbrios de ordem conjuntural. As decisões no campo da moeda e do crédito é como a cefiaspirina, necessária para impedir que o doente morra de febre. Desconhecemos, porém, a capacidade de atuar através do instrumento de política monetária para resolver os problemas fundamentais da economia do país sub-desenvolvido, porque não se modificam condições estruturais da economia. A ação dos instrumentos de política monetária não induz instrumentos para esforço de formação de capital maior, nem consegue atuar de forma decisiva no sentido de promover um justo equilíbrio da renda, isto é, da distribuição da renda, ou melhor, utilização dos fatores reais de produção disponíveis. Para atuar no âmbito, ou nos fenômenos de ordem estrutural, os instrumentos adequados, no campo dos instrumentos de ação indireta, parecem-nos ser predominantemente os de natureza fiscal. A colo-

cação dessa tese nos leva ao seguinte impasse: ou adquirimos consciência desse fato (se a tese fôr verdadeira), e tôda concepção de direção da nossa política tributária teria de caminhar pelo menos os cem anos que têm de atraso e colocar-se dentro da dinâmica da ação, que deve conduzir e orientar a política econômica do govêrno. Ou, então, temos de renunciar a uma ação decisiva do Estado, no sentido de promover o desenvolvimento econômico, de promover o desenvolvimento harmônico da economia, para impedir que do esforço de desenvolvimento econômico resulte apenas o bem-estar de uma minoria, em detrimento do bem estar geral, de tôda a comunidade. Ora, aumentando a renda nacional, aumentado-se a capacidade de investimento da economia, reforçaríamos a infra-estrutura econômica, que representa, em princípio, ponto básico da política num país subdesenvolvido. O que acontece num país como o Brasil é que a taxa de investimentos é insuficiente, e por várias razões. Em primeiro lugar, porque a capacidade de poupança de uma população pobre é pequena, em virtude da própria insuficiência da renda do país; em segundo lugar, porque, sendo a grande massa da população de um padrão de vida relativamente baixo, comparativamente com outras populações do mundo, a tendência natural é que tôda a renda produzida num determinado período tende a deslocar-se para atender a melhoria das condições do consumo para a massa consumidora, pouco sobrando para investir novamente. A taxa de investimentos, para atender às necessidades fundamentais da econômica tem de ser maior, normalmente, mais alta do que nos países altamente industrializados. Em primeiro lugar, a taxa de investimentos tem de ser muito alta, para compensar o enorme desgaste do equipamento num período. Trabalhando a economia com equipamento velho, obsoleto, e sendo os processos de pesquisas tecnològicamente inadequados para as nossas condições econômicas, o desgaste do equipamento, numa economia insuficientemente desenvolvida, é percentualmente muito maior. As taxas de depreciação são muito mais altas do que numa economia já altamente desenvolvida que trabalha com equipamentos moldados ou inspirados em processos tecnològicos muito mais avançados. Portanto, calcula-se que no Brasil, no mínimo, cêrca de 5 % da renda nacional (imaginem, por exemplo, uma renda de 600 bilhões de cruzeiros e, nessa base, pelo menos 30 bilhões de cruzeiros) seriam necessários apenas para cobrir o desgaste do equipamento, apenas para cobrir o desinvestimento do desgaste do equipamento no período anterior.

Por outro lado, o número de pessoas que em cada ano entra no mercado de trabalho a procura de emprêgo é muito alto no Brasil, país ainda jovem, em estado de crescimento demográfico forte. E' preciso uma taxa de investimento muito alta para que o número de empregos novos que forem criados por êsses investimentos líquidos passe a fornecer emprêgo à massa de popula-

ção que em cada ano entra no mercado de trabalho a procura de emprêgo.

Em face da taxa de crescimento demográfico do Brasil, calcula-se que cêrca de um milhão e meio de pessoas entram na idade ativa no mercado de trabalho cada ano, crescimento líquido da população ativa. Seria fácil calcular o número de investimentos, o volume brutal de investimentos, número que seria necessário apenas não para aumentar o salário real de cada um que já esteja empregado, mas para impedir que ua massa nova de pessoas que entram a procura de trabalho forcem o mercado de trabalho, no sentido de promover uma baixa do nível real de salários, para que o nível de empregos fique no mesmo plano.

Acontece, por outro lado, que o crescimento da população ativa é maior do que o do crescimento demográfico, porque o Brasil possui mais de 70 % da sua população ativa aplicada em atividades primárias, em indústria extrativa, lavoura e pecuária. À medida que a produtividade nesses setores vai aumentando, vai-se processando uma migração natural da área de economia privada para a de economia industrial dos grandes centros.

Portanto, o crescimento do mercado de trabalho tem que atender o crescimento demográfico e ainda um crescimento adicional que resulta do deslocamento da população ativa da zona rural, onde ela está com coeficiente de produtividade baixíssimo, quase à margem da vida econômica do País, para o setor de economia aberta e, portanto, a procura de trabalho.

Ora, todo o esforço de promoção de melhoria da produtividade na agricultura, cada vez que um processo novo se introduz na agricultura, que ua máquina nova se produz, como há uma relativa rigidez na expansão do consumo dos bens primários, resulta a necessidade de expelir um homem para as cidades a procura de trabalho. E' um processo inevitável.

A Argentina, por exemplo, país que tem estrutura também de economia predominantemente rural, tem tôda a sua produção primária, ocupa apenas 26 % da população ativa. Isso para não falar nos países altamente industrializados.

No Brasil, à margem da vida econômica do país, praticamente à margem, com índices de produtividade baixíssimos, temos mais de 70 %, ou quase 75 % da população ativa. Aquilo que tanto se condena, que é a chamada fuga do homem do campo para as cidades, resulta da dinâmica do próprio processo do desenvolvimento econômico.

E' inevitável que todo aumento de produtividade da agricultura resulta na libertação da mão de obra e a atividade industrial precisa ir criando as atividades secundárias, segundo a classificação de Colen Clarck, criando novos empregos para absorver êsse excedente de população. Isso gera, no Brasil, uma outra pressão, que se soma à pressão demográfica, a fim de que, para a manutenção do mesmo padrão de vida, seja necessário um volume de investimento muito grande, maior do que no outro

país, que tem outra estrutura demográfica. Ao lado desses elementos, que implicam na criação de um ambiente ou de condições não favoráveis ao crescimento da renda real resultante da ação natural dos fatores econômicos, resulta, para nós, a tese, fundada no círculo vicioso: pequena capacidade de investir, grande propensão para consumir, e, portanto, não podendo investir, a capacidade de consumir cai, porque cai a renda real. A tendência natural das economias subdesenvolvidas é a da estagnação. E só é possível cortar esse círculo vicioso através da ação dinâmica do Estado. Só o Estado pode, através de decisões, de ações políticas, quebrar esse círculo vicioso, não transformando-se, ele mesmo, em industrial, mas modificando os componentes, modificando os estímulos, quer para produzir, quer para consumir, mas para obter esse objetivo. O Estado pode, através da sua política fiscal, induzir o sistema econômico a um esforço de poupança um pouco acima daquele que naturalmente a economia estaria disposta a fazer. Quando o Dr. Eros Orosco, dirigindo um grupo executivo da indústria automobilística propôs uma política de ação do governo, em relação à indústria automobilística, ele procurou fazer, pela ação do Estado, a quebra do círculo vicioso. E foi como resultante de uma decisão do governo que se quebrou esse círculo vicioso, gerando daí o elemento propulsor, autônomo, que a partir de determinado momento iria provocar um impulso, como se fôsse um carro que, depois do impulso inicial, se obtém dele um determinado índice de aceleração e, então, a partir de determinado momento, ele passa a andar sozinho. Isso ocorre também em relação à ação do Estado. Em alguns setores, quando a ação, desse tipo, se torna impossível, pode induzir o Estado para um esforço de capitalização maior, o estado econômico, naturalmente. Ora, toda ação do Estado, através da política fiscal, no sentido de induzir o sistema econômico para um esforço de capitalização maior, implica em sacrificar as aspirações normais da geração presente, para se conseguir uma melhora que redunde no bem estar social, isto é, na melhoria das condições de vida futura. Sem o sacrifício do presente, em relação ao futuro, sem que se sacrifique a capacidade atual de consumo, para se conseguir uma cota maior de renda, pelo maior investimento, sem isso não se aumentará o nível de emprego e, portanto, não se aumentará a produção, de modo que a economia não poderá crescer. Não se melhorará o salário real numa economia como a do Brasil, através de decretos, senão através do aumento da capacidade de capitalização do sistema econômico. Por outro lado, não é justo que se incremente a produção, sem essa capitalização do sistema econômico.

E daí resulta então um outro fator. Não basta a ação indiscriminada de induzir o sistema econômico para o esforço de poupança. É preciso induzi-lo de forma seletiva, dentro de certos critérios de prioridade. Se pretendemos, de um lado, a ação

dos impostos indiretos como mecanismos capazes de, num país subdesenvolvido, forçar índices de poupança, para aumentar a capacidade global de capitalização do sistema econômico, não podemos advogar que isso se faça à custa das camadas sociais que já não têm nenhuma compressibilidade nos seus padrões de consumo. Daí advogamos formas seletivas de tributação indireta. Aliás, a necessidade dessa seleção é exigida ainda por outras circunstâncias. Os países subdesenvolvidos e de grande área geográfica, como é o Brasil, caracterizam-se pelos altos desníveis na distribuição da renda, quer no sentido geográfico, quer no sentido social. Nas últimas análises feitas pela Fundação Getúlio Vargas, comparando índices relativos aos Estados Unidos, de um Estado para outro, do desnível da renda média «per capita» encontrou que ele é mais ou menos da ordem de um para quatro. No Brasil, exclusive o Distrito Federal, tomando as economias do Piauí e São Paulo, por exemplo, tem-se que esse desnível é da ordem de um para catorze, sendo que não há tendência para reduzir esse desnível. Esses desníveis de distribuição geográfica da renda se refletem no desnível da distribuição social da renda. Dêsse fato resulta que a capacidade de poupança está limitada a uma massa relativamente pequena da população cuja renda média ultrapassou determinados limites mínimos. Daí colocar-se diante da autoridade fiscal o dilema: se aumentarmos os impostos diretos e progressivos (impôsto de renda), como esse impôsto atinge predominantemente as camadas econômicas e sociais onde a propensão para poupar é maior que a de consumir, temos que o impôsto de renda a partir de determinado ponto funciona como instrumento não de transferência de renda do setor privado para o setor público, mas de transferências de poupanças, de transferência de capital.

Daí resulta que a programação das despesas governamentais mesmo no setor dos investimentos não tem sido possível no Brasil colocar-se a serviço de uma diretriz de política econômica, porque o orçamento ainda é, aqui, um emaranhado de cifras que não obedece a nenhuma diretriz de política econômica. O que tem ocorrido é que essa transferência de poupança do setor privado para o setor público tem dado o seguinte resultado: 1) o setor público tem investido pior do que o setor privado, mesmo no sentido da utilidade social da renda; 2) o volume de investimentos feitos pelo Estado costuma ser inferior ao volume de poupança que o impôsto de renda transfere da economia privada para a economia pública. Dessa forma, o impôsto de renda se transforma num instrumento de descapitalização, ou, pelo menos, de redução da capacidade global de investimentos. Não queremos com isso dizer que não se deva cobrar o impôsto de renda. Mas o que é preciso é, ao transferir poupança do setor privado para o setor público, programar um volume de investimentos que, pelo menos, seja equivalente ao volume global da transferência que se processou e que esses investimentos sejam

selecionados dentro de uma diretriz que conduza a uma utilidade social maior do que a do investimento privado.

A rigorosa seleção dos investimentos públicos, a diminuição das despesas de custeio e o aumento das despesas do investimento do setor público, relacionado com o volume do impôsto de renda cobrado, está, no nosso entender, dentro de uma dupla condição: primeiro, que, investindo pelo menos uma quota equivalente ao impôsto de renda, o Estado não se transforme num instrumento de redução da capacidade global do investimento. Segundo, é preciso selecionar os investimentos sob o ponto de vista da maior utilidade social, para que não seja uma simples transferência da capacidade de investimento do setor privado para o setor público, mas que esta transferência se justifique pela maior utilidade social do investimento feito pelo setor público em relação aos investimentos do setor privado.

Mas não bastaria que o Estado investisse pelo menos o montante global da poupança que através do impôsto de renda retirasse do setor privado. O Estado precisa aumentar ou estimular a capacidade de poupança do sistema econômico. Isso só pode ser feito através dos impostos indiretos. Resulta daqui a defesa do impôsto de consumo. Sendo o impôsto de consumo instrumento de tributação seletiva do consumo, toda a tendência do impôsto é de aumentar, de captar poupanças ou de criar poupanças e não apenas transferir, como acontece com o impôsto de renda. Criar poupança, reduzindo a capacidade de consumo de determinadas classes. À medida que o Estado investir parte dessa renda, está contribuindo para o aumento dos índices globais de capitalização ou da capacidade global de investimento do setor da economia como um todo, sem, por outro lado, retirar apenas daquelas categorias sociais que num país com altos níveis de distribuição de renda pode fornecer, ou tem a sua capacidade de consumo susceptível de compressão, sem afetar o padrão médio de vida da comunidade em geral, da população.

Ora, êsses instrumentos, entretanto, como poderiam atuar no sentido de impulsionar o desenvolvimento econômico ou o desenvolvimento industrial? Êsses instrumentos atuariam sôbre o desenvolvimento industrial de duas maneiras: primeiro, criando o Estado poupanças através de impostos indiretos, sem afetar o padrão de vida da grande massa da população ou transferindo poupanças do setor privado para o setor público, através dos impostos de renda. Fazer investimentos básicos de infra estrutura, aplicar a sua capacidade de investimentos no sentido de remover os pontos de estrangulamento do sistema econômico. Criar economias externas.

Quando Estado constroi uma ferrovia ou uma companhia siderúrgica nacional ou uma empresa hidroelétrica, não importa apenas a produtividade isolada dêsse investimento. O que importa é que êsse tipo de investimento chamado de economia externa induz a outros investimentos, aumenta a produtividade glo-

bal do sistema econômico e aumenta a produtividade dos demais investimentos.

E como a produtividade, nesses termos, é baixa, nesses investimentos básicos da infra-estrutura econômica, como há necessidade de capitais vultosos pode tornar bem menos insusceptível ou fora do alcance dos capitais privados, a concentração dos investimentos públicos, nesta área, quer diretamente, quer indiretamente, o que seria, talvez, a fórmula mais adequada, porque o Bando de Desenvolvimento Econômico financiando novos investimentos, procurando cristalizar a iniciativa privada, poderá atrair capitais para êsses setores. O Bando de Desenvolvimento Econômico poderia aplicar recursos da poupança fiscal, porque outros recursos são insuficientes ou inadequados para financiar certas atividades econômicas, de tal modo que viesse aumentar os investimentos, de uma maneira geral, melhorando a produtividade global do sistema econômico, através da própria natureza dos investimentos que produzisse. Todavia, não basta impulsionar a capacidade de investimento. E' preciso atuar no sentido de fazer com que as dificuldades no investimento e a capacidade de investimento do capital privado não se faça no sentido inverso. Consideramos papel da política fiscal induzir os investimentos privados, a fim de obter uma melhoria no bem estar geral. Quando o impôto de consumo grava mais fortemente determinadas utilidades de consumo restrito, ao mesmo tempo que se procura capitar a disposição de certas classes para a poupança, ao mesmo tempo se procura, restringindo o consumo dêsse produto, deslocar a capacidade dêsse investimento para a área de produção de bens de consumo genéricos, que possam impulsionar a melhoria do bem estar geral. Não importa aumentar apenas a capacidade de investimento do setor privado; é preciso também ordenar, disciplinar, orientar os investimentos privados, porque se a capacidade de poupança é limitada, é preciso que nela se apliquem meios objetivos de política social, para que essa capacidade de investimentos novos não contribua apenas para melhorar as condições de confôrto de uma minoria, ao invés de melhorar as condições gerais de bem estar da população tôda. Nenhum dêsses dois fatores, nem o aumento da capacidade de poupança da economia interna, ou da melhor disciplina dêsses investimentos, que chamaríamos de internos, mesmo advogando um caráter seletivo do tributo indireto na capacidade de consumo, como advogamos, e como temos advogado que o impôto de rendas, numa economia como a do Brasil não poderia ser neutra, em face da alternativa de investir ou de consumir, mas dentro da alternativa de investir, não poderíamos ser neutros em relação às diversas opções para investimento. Não é próprio da técnica do direito comparado fazer com que o impôto seja em relação à natureza do investimento. Porque a técnica do impôto de renda foi-nos transferido por um país em que o Estado não influi na direção dos investimentos. Os investimen-

tos são orientados no sentido da necessidade natural. Isso só é possível onde não há escassez de formação de capitais. Aachamos que assim, como impôsto indireto, deve ser seletivo, como seletivo deve ser, também, numa economia como a do Brasil, o impôsto de renda. Deveria instituir um sistema prioritário em relação à alternativa de poupar ou de consumir, dentro da alternativa de preparar a natureza do investimento segundo a sua finalidade social. Mas nenhum desses pressupostos poderia ser atingido se a economia ficasse sem defesa diante do poder de concorrência da indústria dos países já altamente desenvolvidos. Já se afirmou, aliás, ter-se tornado inevitável a criação de uma barreira, para que pudesse nascer nos países insuficientemente desenvolvidos, e desenvolver-se, uma economia industrial. Felizmente, pela primeira vez na história do Brasil, se ainda não foi possível pensar nos demais impostos em termos de política econômica, pelo menos em termos de política-aduaneira, o impôsto de importação, parece que estamos no limiar de um momento em que o País virá a ser dotado de uma tarifa organizada, estruturada dentro de pressupostos básicos da política econômica. Há esperanças de que nos próximos sessenta dias o Congresso Nacional aprove a nova lei de tarifas, que, em substituição aos controles cambiais vigentes, virá criar condições estruturais e permanentes de defesa do parque industrial brasileiro, ao mesmo tempo que afastar a competição externa, criando para o Brasil condições de desenvolvimento da sua indústria, numa fase em que o impulso já foi dado. Dessa forma o govêrno poderá, modificando-se ou aparelhando-se melhor, fazer com que não apenas o desenvolvimento econômico se impulsione, como também corrigir os desequilíbrios estruturais já existentes na economia, orientando igualmente êsse desenvolvimento para uma distribuição mais justa e mais equilibrada dos bens econômicos, para satisfação do bem-estar geral. Não quero prolongar-me além dessas preliminares, para não tirar a oportunidade dos debates e para não estender-me demasiado. Ficam algumas teses como provocação para os debates, e nos permitiremos, se fôr o caso, abordar com mais detalhe um ou outro ponto de interêsse do auditório. (Muito bem. Palmas prolongadas).

DEBATES

A Política Tributária e a sua Influência no Desenvolvimento Econômico - Industrial

ENG. FIRMINO R. DE FREITAS — Congratulamo-nos com o Centro «Morães Rêgo» pela feliz idéia de convidar o Dr. Gerson da Silva para esta conferência, pois tivemos o prazer de ouvir uma verdadeira aula sobre a política econômica do Estado. Acredito que essa aula se desenvolverá ainda por alguns minutos, no decorrer dos debates. Passo, pois, a palavra ao Dr. Eros Orosco, para encaminhar os debates.

ENG.º EROS OROSCO — Meus senhores, tem sido hábito, na discussão que se segue às conferências, a apresentação de um temário para debates, hábito esse que se torna possível seguir, quando o temário é de antemão preparado. O nosso brilhante conferencista de hoje brindou-nos com uma belíssima exposição, que ganha mérito ainda maior por haver sido feita de improviso. Conseqüentemente, torna-se bastante difícil organizar um temário para debates, em razão do que eu proporia alguns assuntos selecionados ao longo da sua exposição, como possivelmente merecedores da atenção do auditório.

Tendo em vista as deficiências da seleção feita, parece-me, porém, que, esgotados os temas que consegui capturar, outros poderão ser levantados com mais liberdade pelo auditório.

Recolhi, como temas que possivelmente interessariam ao auditório, numa interpretação que sofre, necessariamente, a influência pessoal, os seguintes, acompanhando cronologicamente a exposição do orador:

1º — Razões da estatização ora observada no Brasil por intervenção direta ou indireta do Governo.

2º — Formas práticas de intervenção indireta na economia — intervenção por indução.

3º — Correção dos motivos das deficiências governamentais em suas intervenções diretas ou indiretas na economia.

4º — Meios de aproveitamento integral das influências de fatores externos em favor do desenvolvimento econômico.

5º — Política de aplicação dos recursos fiscais do Estado.

De propósito, fiquei em temas de ordem bastante geral, mas entendo que, subordinado aos títulos que acabei de citar, poderíamos, eventualmente, sem descer aos inconvenientes da discussão tópica, descer, não obstante, a particularizações e à concretização de idéias, que eu diria, mais terra a terra.

O conferencista procurou dar-nos uma idéia geral, em plano elevado, daquilo que deveria e poderia ser uma orientação estatal em matéria fiscal, visando o desenvolvimento econômico, mesmo que sempre em plano elevadíssimo e com extraordinário brilho, defendeu teses suas a respeito dêsse mesmo tema.

Portanto, passarei a palavra a que ma queira tomar, sôbre o primeiro tema: «Razões da estatização ora observada no Brasil por intervenção direta ou indireta do Govêrno».

ENG^o FERRUCIO FABRIANI — Ouvimos na II Reunião de Siderurgia, um discurso de muita importância sôbre o tema da estatização ou autarquia.

Para ser breve, julgo que, conforme aparece num artigo anterior, na Conferência do ano passado promovida pelo Centro «Morães Rêgo» e devido ao Dr. Aldo Franco, que o critério dos financiamentos é um pouco aleatório.

Tanto nos financiamentos como nos empreendimentos estatais prôpriamente ditos — estou unindo as duas coisas agora — está parecendo, por aquela conferência do ano passado, que existe pouco critério e mais uma certa preferência. Daqueles 35 processos que o Dr. Aldo Franco disse que não foram considerados, e que tinham prioridade, depreende-se o seguinte: é difícil aceitar-se êsses empreendimentos, hoje em dia, pois é quase uma questão de relações públicas do que de critério. Acabamos de ouvir uma extraordinária peroração de um economista. E, como disse, estamos assistindo à implantação de um critério verdadeiramente econômico. Evidentemente, levará tempo, mas os frutos serão colhidos. A conclusão a que eu chegaria é a seguinte: é que na base do que disse o conferencista da 2^a reunião siderúrgica, é necessário que se faça uma seleção, como bem disse, também, o nosso conferencista de hoje, nos capitais e nos novos empreendimentos, visando a maior quantidade possível de emprêgos, o que não tem sido feito. Quer dizer, a única coisa que acho que os membros dêste congresso irão depreender das minhas palavras, espero, é que o critério na seleção dos investimentos estão melhorando de qualidade, mercê do valor de economistas tão capacitados como aquêles que o «Centro Morães Rêgo» nos tem apresentado. E vai diminuindo, no panorama nacional, a preferência de outra ordem, que não a baseada justamente nos preceitos econômicos. E' evidente que por sêse meio nós teremos, no futuro, maior rendimento na aplicação dos investimentos nacionais, já que o tema atual, o tema desta conferência, não trata dos dólares que conseguimos com o café, minérios, etc.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

ENG^o EROS OROSCO — O ilustre conferencista iniciou a sua palestra comentando as inconveniências da intervenção do Estado na economia privada, tornando-se, assim, um estado gerencial. Posteriormente, ao desenvolver o seu tema, indicou determinados setores em que se tornavam inevitáveis as interven-

ções estatais diretas, isto é, setores infra-estruturais, em razão, entre outras coisas, da baixa rentabilidade dessas inversões. Indicou-nos o conferencista um rumo a tomar nessas intervenções, e que seria a associação do capital do Estado ao capital particular, e indicou-nos ainda uma agência do Governo brasileiro já preparada para isso, — o Banco de Desenvolvimento Econômico, — que agiria nesse setor como um órgão de financiamento. Sobre o papel, ao ver do conferencista, do excesso de intervencionismo do Estado, intervencionismo direto, mas sem querer que isto importe em críticas mais acirradas, sobre essa atitude governamental, eu perguntaria ao conferencista se não desejaria ampliar um pouco as suas idéias, analisando, com aquele brilho com que nos brindou até há pouco, as razões objetivas desse excesso de intervencionismo que no Brasil se verifica, para usar a expressão feliz do ilustre conferencista.

ECON. GERSON AUGUSTO DA SILVA — Realmente, ficou no ar uma tese esboçada e não concluída. É que na discussão sobre o intervencionismo e não intervencionismo, no Brasil, não se tem feito a distinção necessária sobre a forma de intervenção. Falar-se hoje em não intervencionismo estatal é evidente que é «demodé». O Estado é cada vez mais intervencionista. Entretanto, a nossa tese (e nisso poderemos dizer que somos largamente intervencionistas) é que devemos intervir mas por processos indiretos, por indução. O que ocorre é que só aprendemos, e canhestramente, a utilizar os instrumentos de política monetária para determinados objetivos de política econômica. Mas esses instrumentos são insuficientes para remover os obstáculos de ordem estrutural. Então, ficamos com toda a ação de política econômica, relativamente aos instrumentos de ordem monetária, adstritos aos aspectos meramente conjuntural do sistema. Parece-nos que só a ação de instrumentos de política fiscal podem remover os obstáculos de ordem estrutural, para disciplinar o desenvolvimento econômico. Essa concepção tem de ser criada por nós, pois não há como absorvê-la, ou como recebê-la pré-elaborada nos países altamente industrializados.

Ora, toda a construção keynesiana leva o Estado a uma atitude de correção dos desequilíbrios conjunturais, quer de depressão econômica, quer de inflação. Agora é que estamos caminhando para a programação da idéia de desenvolvimento econômico e da ação dinâmica do Estado para quebrar a estagnação, que parece condenar os países subdesenvolvidos. De modo que nos parece possível, para os países subdesenvolvidos, organizar uma programação de desenvolvimento econômico especial, sem abrir mão, entretanto, do instrumental de análise econômica.

E, como o problema do desenvolvimento econômico coexistiu com a necessidade de investir em determinados setores, não havendo uma concepção adequada dos problemas de desenvolvimento econômico, não se conhecendo as possibilidades dos instrumentos de política fiscal para promover esse mesmo desen-

volvimento, caminhamos para a solução mais fácil, mais primária, o Estado passou a fazer aquilo que achava que era indispensável e que a economia privada não fazia. Grande parte das razões dessa ausência da economia privada se encontravam ligadas, primeiro, à baixa rentabilidade do capital empregado nessas atividades, baixa rentabilidade essa muitas vezes resultado do fato de a política do governo, a respeito de preços ou de tarifas de serviços, provocar uma política que conduzia, por ação externa, a uma baixa produtividade desses capitais, ou, pelo menos, de rentabilidade privada desses capitais. Por outro lado, há insuficiência da capacidade de poupança, de uma economia ainda relativamente pobre, para a formação de grandes massas de recursos necessários para esses investimentos.

No nosso entender há setores de investimentos de infra-estrutura que, pela sua natureza, são próprios do Estado: abrir uma estrada de rodagem, fazer instalações portuárias, etc. Há empreendimentos que são fundamentais e outros que se considera por razões não econômicas. Por exemplo, acredito que muita gente advoga o monopólio estatal do petróleo, por razões de segurança social, por razões de outra ordem, ou, então, por razões não econômicas, mas que podem ser decisivas.

Nem sempre é uma razão só que deve orientar a ação do Estado. A colocação de um problema em tese não quer dizer que em todos os casos a tese deva ser aplicada. Não. É evidente que deverá haver as exceções. Mas gostaríamos ver no Brasil uma porção de setores empresariais, uma porção de empresas públicas, na medida do possível, devolvidas ao setor privado, por causa da melhoria da produtividade.

Ora, quando grandes massas de capitais do País estão com uma produtividade muito baixa, elas afetam o índice médio da produtividade de todo o setor econômico. E como o salário real ou renda real per capita é função da produtividade, e como fator escasso num país subdesenvolvido é precisamente o capital, o problema da produtividade é essencialmente a produtividade do capital. Quanto mais se concentra o capital em relação a cada unidade de mão de obra, e quanto maior é a produtividade que se obtém desse capital, melhor é o rendimento do sistema como um todo.

Daí o fato de acharmos que dois são os instrumentos que podem resultar a devolução dessas empresas à iniciativa privada: Em primeiro lugar, é retirar os obstáculos que hoje impedem uma remuneração pelo menos equivalente à rentabilidade normal desses capitais, parecendo-nos que é uma ilusão achar que há o interesse social em manter uma baixa rentabilidade desses capitais. Em segundo lugar, é o problema da formação do volume do capital. Daí entendermos que, como a capacidade de poupança do setor privado é insuficiente, o Estado tem instrumentos capazes de criar grandes massas de capitais, de captar, de podar parte do poder de consumo de determinadas classes,

sub-repticiamente, através dos impostos indiretos, criar massa de capital para aplicação nessas atividades. Daí o fato de Bancos, do tipo de Desenvolvimento Econômico nos parecerem altamente adequados para esta finalidade, porque propiciam a complementação, em larga escala, de capitais privados para essa atividade, induz grandes outras massas complementares de capitais para êsses setores, e o fato do financiamento também induz o Estado a vigiar de perto essas atividades.

O Estado, como financiador, opera, no meu entender, melhor do que como gerente. Daí o critério de prioridade, financiar, sempre que fôr possível.

Temos defendido, por exemplo, a ação do Banco do Nordeste e do Banco da Amazônia, como instrumento propulsor do desenvolvimento econômico daquelas regiões do Brasil em que o espírito de iniciativa é ainda insuficiente, e que a formação local de capitais é também insuficiente. Setores, como o Banco do Nordeste, insisto, operam com recursos fiscais e não com recursos monetários. Tôda vez que o Banco do Brasil resolve financiar investimentos, provoca inflação, porque retira capitais que obteve a curto prazo para aplicá-los a longo prazo em investimentos de prazo de maturação longo. Desta arritmia resulta pressões inflacionárias inevitáveis. Ora, como no Brasil os depósitos a prazo são insuficientes, os bancos comerciais só podem ser instrumentos particulares da vida monetária, quer financiando a juros as atividades e os negócios particulares, sempre que se atiram a financiar investimentos de base, de maturação média ou longa, quer quando se atiram a financiar construções imobiliárias. O Banco do Brasil, com bons propósitos, resolveu financiar certos empreendimentos, ocasionando inflação. Isso não se dá quando êle opera com os recursos da poupança criada pelas atividades fiscais. O Banco do Nordeste recebe uma cota da receita fiscal para aplicar, podendo aplicá-la a prazo longo, mesmo correndo risco em determinadas regiões, fazendo investimentos em zonas do nordeste, zonas subdesenvolvidas, em que não há recursos para investimentos particulares, em que não há mão de obra. De modo que é preciso que um banco, como o do Nordeste, procure as pessoas que queiram fazer investimentos, financie êsses investimentos, corra o risco, mas estimule o capital privado. E' evidente que numa economia como a de São Paulo não é preciso fazer isso, porque a dinâmica da economia já adquiriu certo automatismo. Mas nas regiões subdesenvolvidas é preciso que alguém, que tenha dinheiro e que possa correr o risco, induza os particulares a se lançar a certos empreendimentos, gerando ou criando neles uma certa confiança, a fim de que aquêle capital particular não emigre para São Paulo ou para o Rio de Janeiro, pondo em queda a própria economia do Rio e de São Paulo, porque à medida que o desnível cresce diminui a capacidade de consumo da economia periférica e, portanto, o desenvolvi-

mento do mercado interno, em virtude da própria capacidade produtiva da área de maior concentração industrial. Daí o fato de nós entendermos, e quem leu o belo trabalho de H. A. também assim pensa, sobre o emprêgo de capitais nos países sub-desenvolvidos, que não se constroi a grandeza de um país à custa somente dos capitais externos. Sem que se aumente a capacidade interna de economia e a capacidade de poupança, não se constrói a grandeza de um país, não se desenvolve a economia de um país. O capital externo ajuda, realmente, mas não incrementa. Ele complementa. Há países que se desenvolvem sem a ajuda de capitais estrangeiros. O Japão é um exemplo típico. O Japão, através de tributações fortíssimas reduziu a capitação de poupança. A idéia do Banco de Desenvolvimento Econômico, como instrumento de poupança tem 60 anos no Japão. E foi o instrumento através do qual se construiu o desenvolvimento econômico do Japão. Daí o fato de considerarmos que se o Govêrno realiza uma emprêsa no Norte, êle faz muito bem, desde que o banco privado empreste parte do seu capital para fazer a emprêsa, porque, nesse caso, o Banco do Brasil induz o elemento dinâmico, desenvolve o espírito de iniciativa, com o introduzir investimentos novos. De modo que êle concorre para desenvolver o espírito empreendedor, que concorre para o desenvolvimento econômico da região e do país! E ainda mais: depois aquêles recursos empregados voltam. A produtividade é necessária, porque o particular tem que pagar ao Banco do Nordeste. Então os recursos empregados pelo govêrno voltam e vão promover novas condições de poupança, novos negócios de formação de rendas e, ao mesmo tempo, de formação de mentalidade. Daí o fato de sermos altamente favoráveis a uma completa modificação da forma de ação do Banco da Amazonia, que nos parece completamente divorciada da função que lhe deveria caber como instrumento de propulsão de desenvolvimento da região. Propusemos, na conferência dos governadores da Amazônia, a criação do Banco do Oeste. Achamos que ao lado do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, que opera em empreendimentos cuja prioridade se faz em escala nacional, a sua ação deveria ser coordenada com dois ou três bancos nas regiões subdesenvolvidas, porque a escala de prioridades, nessas regiões, é diferente do do plano nacional. O investimento que é de altíssima prioridade no Piauí, coloca-se, no plano nacional, em duzentos ou trezentos. De modo que nunca será possível colocar uma ordem de prioridade em têrmos nacionais, para levar um banco como o do Desenvolvimento Econômico, a interessar-se pelo desenvolvimento econômico do Piauí. Por isso era indispensável uma escala de prioridades para essas regiões de desenvolvimento mais retardado, porque, da mesma forma como entendemos que o Banco de Desenvolvimento Econômico deve operar financiando atividades básicas, nessas regiões mais retardadas é preciso financiar indústrias de transformação, por exem-

plo, uma indústria metalúrgica e não apenas siderúrgica. É preciso, portanto, levar os critérios de prioridade a um ponto um pouco mais largo. Não será preciso, numa economia como a de São Paulo, impulsionar a indústria de superestrutura, a indústria de transformação. Basta criar condições de desenvolvimento dessas indústrias, porque há iniciativa e capitais suficientes para investimentos induzidos. Mas não basta criar a Hidroelétrica do São Francisco, porque não há iniciativa e capitais suficientes para criar sequer uma serraria.

ENG^o EROS OROSCO — Sobre o tema «Razões da oposição ora apresentada à intervenção direta» alguém deseja discutir?

ENG^o FERRÚCIO FABRIANI — Desejo dar um exemplo em face das explicações que o orador apresentou. Desejo fazer um paralelo.

Os Estados Unidos consideram Havai e Cuba como seus fornecedores de açúcar e os protegem, evidentemente. O que nós fazemos com o Nordeste? Tenho a impressão que de dez anos para cá fizemos muita pouca coisa. Ainda há pouco falei, em tese, sobre seleção de financiamentos para promover um maior número de empregos. Nessa ordem de idéias está me parecendo que seria mais interessante ao Nordeste uma boa navegação costeira do que uma hidroelétrica do São Francisco. Por que? Creio que é evidente: se distribuíssemos pelo Brasil o que o Nordeste produziu desde o tempo em que os holandeses ali implantaram a indústria do açúcar, evidentemente a esta altura eles teriam uma renda, um capital bastante grande para terem um desenvolvimento a altura do que realmente merecem.

Entretanto, o que vemos? Vemos um hiato colossal desde 1930, um pouco antes, até hoje, cuja solução tem sido pleiteada por eles mesmos, como o aumento do preço do açúcar em relação ao preço que São Paulo pode vender, com transporte mais fácil. Todos nós devemos ter acompanhado pelos jornais o que tem sido essa discussão.

Então, pergunto ao orador se está de acordo em que a seleção nem sempre tem sido feita com esse objetivo da maior produtividade pelo maior número de pessoas. Quer dizer, às vezes os projetos são extraordinários, interessantíssimos, condizem a um progresso local, porém, o objetivo principal que é o de levantar o nível de vida, não tem sido atendido.

Este é um exemplo do que eu queria dizer. Enfeixei em poucas palavras uma tese e tenho a impressão que não fui bem explícito, mas desta vez, com um exemplo prático, desejava que o orador o abordasse e explicasse para ver se, realmente, as aplicações de capital tem tido um certo caráter seletivo. Muito obrigado.

ECON. GERSON AUGUSTO DA SILVA — Vou permitir-me usar exatamente esse seu exemplo para discordar ligeiramente. Afirma o Sr. que uma boa navegação de cabotagem seria mais

interessante para o Nordeste do que a Hidro-Elétrica de São Francisco.

ENG^o FERRÚCIO FABRIANI — Talvez.

ECON. GERSON AUGUSTO DA SILVA — Acho que há uma verdade inicial nessa afirmação. Se partirmos do pressuposto de que o rendimento que resultaria da venda dos produtos do Nordeste nos outros mercados, aumentaria, se os fretes fôsem mais baratos e, ao mesmo tempo, com o mesmo volume de renda, êles poderiam comprar mais se os retes fôsem mais baratos em relação a outras regiões. Então isso contribuiria para aumentar, em termos monetários ou em termos de renda, o produto da economia na sua situação atual.

Vamos supor que isso implicasse em aumento parcial da capacidade de poupança dessa região em virtude dêsse primeiro pequeno incremento de renda. Ora, o que ocorre nas regiões subdesenvolvidas é precisamente a não fixação dos capitais que se formam. Quando uma economia como a do cacau, por exemplo, na Bahia, recebe através de uma alta brusca dos preços internacionais, uma quota de renda adicional, nenhuma parcela dêsse incremento de renda se fixa na região, porque falta algumas condições básicas de fixação do capital.

Quando numa economia como a do Maranhão e a do Piauí, por questões de mercado internacional, a economia do babaçu ou da carnaúba recebe uma renda que nenhum investimento recebe.

Quando a economia está num estado absolutamente primário, ela repele o capital. Então o capital emigra. É a fatalidade das regiões pobres, que tendem a continuar sempre pobres, mesmo que recebam incremento de rendas de fora. Tôda proteção que se tem dado à indústria açucareira do Nordeste, o que tem provocado é a construção de mais alguns edifícios em Copacabana (risos), porque o que ocorre é que faltam as condições básicas. Quer dizer, de repente aparece um maluco, como o da indústria de tecido de São Paulo — e imaginem o drama que não deve viver uma indústria como essa se se situar longe dos mercados e das instituições. Porque, à medida que o indivíduo vai se distanciando dos grandes centros, vai se sentindo mais desprotegido. Pernambuco ainda não está nessas condições, nesse estado, porque tem relativo desenvolvimento industrial. Mas o Piauí, êste podemos citá-lo como se fôsse o Paraguai, em face dos demais países. Falta-lhe uma economia, um impulso, é como se fôsse um motor de arranque que está ou estivesse falhando. Para que o capital se forme é preciso que carro tenha um mínimo de aceleração. Se a bateria está falhando, pode-se apertar o motor de arranque que êle não sai. Os senhores perdoem o uso que faço dessas idéias um tanto prosáicas, mas é para ilustrar melhor. Temos, por exemplo, o caso da Hidro-Elétrica do São Francisco. O que ocorre é o seguinte: Trata-se de um investimento provocador. Êle vai provocar capitais. A ener-

gia, ali, vai ficar sobrando por algum tempo. A vontade de restauração da região tem um evento provocador. E' preciso que os capitais dali sejam estimulados, daí o fato de eu entender que o grupo do Banco do Nordeste tem que ter ação decisiva, pois tem que buscar o indivíduo que possui uma fábrica, mesmo pequena, mas que demonstre um mínimo de atividade e de interesse, e oferecer-lhe dinheiro, para que aumente a sua fábrica e depois vá acelerando até que possa andar sozinho. Nas regiões que não tenham atingido esse ponto de autonomia esse impulso é absolutamente indispensável, primeiro, para criar investimentos, mesmo chamados externos, como o da Hidrelétrica, que provoca novos investimentos, quer dizer, é um acicate. Mais cedo ou mais tarde esses investimentos aparecerão nessa órbita. De modo que é preciso acelerar o trabalho de maturação. Daí a necessidade da ação do governo. O Dr. Rômulo de Almeida, hoje Secretário das Finanças da Bahia, teve magnífica compreensão dessa questão. Entretanto, quando os seus planos amadurecem o cacau entra em crise, entrando em crise também a situação financeira do Estado. Certa ocasião fiz uma conferência em Campina Grande, onde me queixei do seguinte: o governo elabora o orçamento, a lei orçamentária, que é enviada à Câmara. Esta distribui subvenções, cotas de 50 mil cruzeiros, para os clubes de futebol. De modo que as bancadas do Congresso pressionam o governo e quem paga é o Nordeste. O governo gasta 300 milhões de cruzeiros, dos recursos do Banco de Desenvolvimento Econômico ou do Banco do Nordeste e a gente não vê o resultado, quer dizer, não há consciência do valor que teria para a nossa economia a ação propulsora de um organismo como o Banco do Nordeste. Não há. O indivíduo se queixa, o Governo Federal manda enormes somas dos recursos do Banco do Nordeste, para aquela zona. Mas o financiamento recocheteia no Nordeste e volta às grandes cidades, porque não há base para a fixação de capitais que ali se formam. Tôda vez que se manda capitais para essas regiões, se não há manipulação de preços, eles não determinam a criação de novos investimentos. Daí a necessidade de criar tipos de investimentos que sejam provocadores, investimentos que induzam a produtividade do sistema econômico, e que ao mesmo tempo aceleram o processo de maturação através de organismos adequados.

ENG^o EROS OROSCO — Quería intervir com uma explicação. O Sr. Ferrúcio Fabriani põe em dúvida a utilidade de uma inversão do tipo da Hidroelétrica São Francisco, ao invés de outros meios de colocar o Nordeste dentro da economia atual, com acesso a maiores áreas, com melhores condições de transporte.

ENG^o FERRÚCIO FABRIANI — Primeiro a navegação, depois a hidroelétrica. Não sou contra nenhuma delas.

ENG^o EROS OROSCO — É, pois, a questão da hierarquização que está em jôgo. Tive a oportunidade de verificar que o Nordeste brasileiro pode consumir vinte e cinco mil toneladas

de aço, que hoje é levado do sul do País. O Nordeste dispõe de certas fontes de abastecimento de sucata, de modo que poderia produzir essas toneladas de aço. Seria possível estabelecer uma metalurgia, na base de termo-elétricas, com inversão da ordem de 150 milhões de cruzeiros. Sabemos que esse aço leva vinte e cinco dias de viagem dos centros produtores do Sul aos centros consumidores do Nordeste, em navios costeiros. Com novos navios, mais bem aparelhados, a viagem levaria dez dias, em navios com capacidade para duas mil e trezentas toneladas. Mas esses navios custam nada menos que sessenta milhões de cruzeiros. De modo que, tratando da economia do Nordeste pelo processo tão bem descrito pelo conferencista, temos que com uma economia que vai apenas à metade da inversão no investimento local, manteríamos o Nordeste com sua estrutura econômica de hoje. Por isso dizer-se que a inversão na navegação, ao invés de numa usina hidroelétrica tipo São Francisco, seria preferível parece-me duvidosa, diante do exemplo que acabei de expor. A minha tese é a do conferencista, de que é necessário pugnar pelo desenvolvimento local, eventualmente para o abastecimento do mercado local, para melhoria das condições de consumo e auto-suficiência regional. Isso se vê, de resto, no plano internacional.

ENG^o FERRÚCIO FABRIANI — O Dr. Eros Orosco fez um paralelo entre uma usina hidroelétrica de 150 milhões de cruzeiros...

ENG^o EROS OROSCO — Uma siderurgia a base de forno elétrico.

ENG^o FERRÚCIO FABRIANI — ...E uma companhia de navegação. Evidentemente, o problema que expus não é esse. O problema é: Usina Hidro-Elétrica de São Francisco e uma Companhia de Navegação. O problema é diferente. Uma usina hidroelétrica custa muito mais caro, e isso é uma parte. Outra parte é o êxodo que se verifica no nordeste. É um sintoma que todos nós sentimos do Rio de Janeiro para baixo.

Ora, quem esteve morando no nordeste, como eu, algum tempo, e conhece o que foi feito até pelos arredores de 1930, sabe que o nordestino tinha amor à terra. Os rios são retificados, a ponte, teatro, etc. Agora, de uma certa época em diante, faltou transporte e as condições ficaram adversas. Houve um desamor, ou por outra, não houve isso, mas houve contingências e então, o que se viu foi exatamente o que o conferencista disse: êxodo dos capitais nordestinos para enfeitar a minha cidade...

ECON. GERSON AUGUSTO DA SILVA — Eu queria, se me permitisse, chamar a atenção para outros aspectos. É que até 1930, quando ainda não havia desenvolvimento industrial mais intenso no centro e no sul, havia uma certa arritmia no desenvolvimento econômico das diversas regiões do país, ou, pelo menos, essa arritmia não era tão intensa como a que se processou depois que tomou impulso o desenvolvimento inicial, sobre-

tudo depois da guerra. O que aconteceu é que a pressão demográfica do nordeste, tendo continuado bastante intensa e o ritmo de formação de emprêgo tendo aumentado no sul, enquanto numa determinada fase a criação de emprêgo superava, em certas regiões do sul, o aumento da pressão demográfica local.

Enquanto em outras regiões a insuficiência de capitalização, portanto, de criação de emprêgo, fazia com que a pressão demográfica fôsse violenta, as migrações do norte para o sul se processavam como uma forma normal de busca de um equilíbrio que se rompia a cada momento, em virtude da arritmia entre o conhecimento da pressão demográfica e a capacidade de dar emprêgo a essa população.

Essa arritmia se acentuou sobretudo depois da guerra com o aumento grande, brutal, do ritmo de investimentos no sul, o que não foi acompanhado de um aumento equivalente da pressão demográfica local. E' que essas migrações naturais, que se processam no plano internacional também, procuram exatamente uma redistribuição da população, no sentido de manter certos níveis de empregos.

Há determinados países cuja capacidade de dar emprego à população já se encontra parcialmente saturada. O problema da Itália, por exemplo. Daí o fato de fazer uma redistribuição demográfica populacional para países que ainda tenham capacidades adicionais de fixação.

Se situarmos o problema em relação ao nordeste e ao sul, sobretudo com o desenvolvimento enorme do ritmo de industrialização, verifica-se que a migração procurou corrigir um desequilíbrio que resultou da arritmia do desenvolvimento econômico das duas regiões, quando diante de pressões que pelo contrário permaneceram no nordeste sempre maiores do que no sul.

ENG^o EROS OROSCO — Portanto, o fator de fixação básica no Nordeste deveria ser o desenvolvimento local da sua economia.

ENG^o AMINTHAS JACQUES DE MORAES — Para entrar no campo concreto e a convite do orientador dos debates — e o convite se estende até penetrar terra a terra — é que vou lembrar, em apoio ao pensamento desenvolvido pelo conferencista, que a justificação da intervenção indireta do Govêrno e através de organismos como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, já citado, que acho que está prestando relevantes serviços ao Brasil. Eu quero lembrar que isso ocorre, e deve ocorrer, não só nos países subdesenvolvidos, mas nos países desenvolvidos e super-desenvolvidos. Por exemplo, suas atividades se prestam para dar serviço a todos e, ao mesmo tempo, para produzir materiais essenciais ao desenvolvimento do país. Os próprios Estados Unidos da América do Norte estimulam, através de empresas privadas, o desenvolvimento de indústrias de elementos considerados essenciais. Assim, por exemplo, no plano da metalurgia, os grandes desenvolvimentos metalúrgicos, mesmo os

mais recentes, são todos feitos, mesmo quando a cargo de poderosas emprêsas industriais, são todos feitos com o apoio e financiamento do govêrno. Na maior parte das vêzes, mediante contrato, o próprio govêrno compra uma grande parte do produto. Há muita diferença entre um país como o que citei e o nosso, pois no Brasil há uma tendência de continuarem as emprêsas penduradas no govêrno, quando o grande interêsse seria que elas se mostrassem capazes de viver economicamente sòzinhas, sempre como emprêsas privadas, mesmo através da venda de ações. Todos sabemos que as emprêsas privadas deixam o Estado como associado, e nas horas de desventura o govêrno tem parte certa e segura na responsabilidade. Nos empreendimentos sustentados pelo govêrno, êle continua pendurado nas horas boas e nas horas más.

ENG^o EROS OROSCO — Imaginando que o tema tenha sido amplamente debatido, eu lanço, agora, um tema que me parece oportuno: meio de aproveitamento das influências dos fatores externos em favor do desenvolvimento econômico. O orador mencionou que o desenvolvimento econômico do Brasil se deu sobretudo em função da balança de pagamentos, ou, o que é equivalente, à balança de pagamentos, em função das carências de abastecimento de origem exterior, em consequência de guerras. Sugerimos ao orador uma intervenção no debate e perguntamos se não seria oportuno desenvolver algumas considerações sôbre o que poderia ser feito para um melhor aproveitamento das oportunidades que tivemos com as guerras ou a grande oportunidade que tivemos e ainda temos em consequência do violento desequilíbrio cambial em que embarcamos em 1948 e de onde ainda não saímos.

ECON. GERSON AUGUSTO DA SILVA — Com relação à nossa situação em relação à última guerra, o que poderíamos dizer é que embora tenhamos recursos, em virtude da forte melhoria dos meios de intercâmbio das relações de troca entre o Brasil e os demais países, o que representa para nós um afluxo de capitais, quando passamos a vender o nosso café, pelo dôbro do preço, passamos também a comprar outros produtos pelo mesmo preço. Isso significa uma transferência de capitais para o Brasil, do qual não tivéssemos de pagar juros nem amortização. Depois da última guerra e com a ameaça de novo conflito mundial, devido ao conflito coreano, período de agitação, houve de um lado uma melhoria das trocas do Brasil com os demais países. Isso importou, realmente, num maior número de trocas.

Entretanto, o govêrno não estava em condições, não tinha os instrumentos adequados para orientar a aplicação desses recursos adicionais aos objetivos de desenvolvimento econômico e, sobretudo, ligados à melhoria do bem-estar social. Faltou capacidade de ordenar e disciplinar a aplicação desses recursos, que se desperdiçaram em muito. Houve outros fatores concor-

rentes, tais como as dificuldades de suprimento interno. Em geral, o que tem ocorrido é que os grandes acontecimentos surgem por acaso, e por acaso o govêrno virou protecionista. Com as grandes dificuldades de transporte durante a guerra, não havia quem nos quisesse fornecer, de modo que se criou uma forma de protecionismo e a pressão da demanda interna gerou, primeiramente, os investimentos para atender a essa demanda que não tinha possibilidades de suprimento externo. O que ocorreu foi que essa pressão da demanda interna, que provocou a economia interna no sentido de suprir-se de certos elementos básicos, fez que muitas utilidades não essenciais passassem a ser produzidas no País, em virtude dessa barreira criada pela dificuldade de suprimento externo. A CEXIM mesmo foi criada para impedir que as demandas do mercado internacional forçassem a venda de produtos nacionais inclusive deixando um vazio no suprimento interno. Mas, à medida que a guerra foi acabando e foram sendo corrigidas as deficiências de transporte, a CEXIM passou a funcionar como barreira para a importação. E porque o parque industrial brasileiro já se havia alargado bastante, criou-se a necessidade de uma proteção, pois o govêrno, sem que soubesse, criou um parque industrial. Se se permitisse livremente a importação no momento em que tínhamos reservas cambiais satisfatórias seria um desastre. Então a CEXIM passou a funcionar através de um sistema de restrições quantitativas, com tarifa protecionista. Mas o certo é que muita liberalidade se registrou. Muito equipamento se comprou, mas também muitos outros bens de menor importância entraram nos hábitos do povo, que vieram a provocar uma verdadeira distorsão. Passa-se muito tempo sem ter geladeira, mas desde o momento que tivemos uma não mais dela podemos prescindir. As liberalidades criaram distorsões do consumo, que passaram a pressionar.

Mas, quando as disponibilidades se esgotaram, o que aconteceu é que a necessidade de proteção surgiu por desequilíbrio básico e grave na balança de pagamentos e nossa falta de exportação tinha cada vez menos elasticidade. As matérias primas, as peças de substituição, os equipamentos, passaram a necessidades básicas, para manter o nível de emprêgo já atingido pela economia, e passaram a absorver uma quota grande das importações ou das disponibilidades cambiais. Então, a CEXIM foi tendo que atuar no sentido de impedir que entrassem êsses produtos.

Depois, quando veio a Instrução 70, embora liberando parcialmente, substituindo o sistema de restrições quantitativas, passando a funcionar a restrição na base do mecanismo dos preços, ainda as dificuldades cambiais transformaram o regime de taxas múltiplas de câmbio, numa super tarifa.

À propósito, marginalmente, surgiu uma coisa curiosa. Na perspectiva histórica ou no debate doutrinário, a tarifa é um instrumento de restrição da liberdade do intercâmbio. Protecionismo,

tarifa, é contrário de livre-cambismo entre as nações. Tarifa no Brasil, paradoxalmente, passou a ser um instrumento de liberação das correntes de comércio. Nós caminhamos, das restrições totais, da quase proibição da guerra, para a restrição parcial, quantitativas da CEXIM, dos sistemas de restrições parciais combinados com o mecanismo dos preços das Instruções 70 e esperamos caminhar agora para um regime em que pelo menos 90 % das importações brasileiras terão a sua seleção confiada a um mecanismo pessoal dos preços.

Então, contrariando a evolução histórica, a tarifa do Brasil vai ser instrumento de liberação de corrente de comércio, de restrição, de contrôles, de melhoria das condições do intercâmbio com as demais nações.

Mas, completando, o problema mas nós, de agora por diante, é o mesmo. A nossa capacidade de aumento da nossa receita cambial é mais ou menos limitada, porque a nossa falta de exportações está condicionada a um certo número de produtos para os quais, ecológicamente, geograficamente, o Brasil está capacitado para produzir para exportar. E' ainda uma solução impossível a curto prazo, porque mesmo que pudéssemos, por exemplo, produzir industrialmente para exportação, os nossos possíveis clientes seriam países ainda insuficientemente desenvolvidos, cujos produtos não resolveriam os problemas básicos do desenvolvimento econômico.

O que nos adiantará, por exemplo, fazer um esforço tremendo para produzir, fazer com que a Arno de São Paulo exportasse liquidificadores para a Grécia? Para importar azeitonas? Os problemas básicos que representam o estrangulamento do nosso desenvolvimento econômico só se resolveriam no dia em que pudéssemos exportar para a Alemanha ou para os Estados Unidos, o que ainda é uma veleidade a curto prazo. Temos de nos contentar, ainda, em produzir recursos cambiais com o café, algodão, carnauba, etc.

Ora, em virtude de uma certa rigidez, de uma certa inelasticidade da procura externa, achamos que não podemos ser muito otimistas em relação à capacidade de aumentarmos, substancialmente a nossa capacidade de compra externa. Mas, à medida que aumenta a renda interna do País, a pressão sôbre a balança de pagamento é cada vez mais violenta. Cada vez temos menos liberdade de escolher aquilo que vamos importar. Cada vez os produtos de procura rígida, os bens de produção, ocupam uma parcela cada vez mais importante no volume global, na utilização da nossa capacidade de importar.

E' curioso observar que o Brasil é talvez, entre todos os países da América Latina, aquêle em que a capacidade de importar representa uma percentagem maior em relação à renda interna. Nós temos uma necessidade nacional, uma necessidade interna muito alta e uma capacidade de importar muito baixa, que excede em pouco 10 % da renda nacional. Ora, à medida

que a necessidade interna cresce, permanecendo estável o poder de compra, a pressão se torna cada vez mais violenta sobre a balança de pagamento. É a inflação que pressiona a balança de pagamentos. Daí o fato existir um certo antagonismo de concepção, por exemplo, entre a posição que tomaram aqueles que elaboram os princípios da nossa política econômica, em relação às tarifas como é o caso do Professor Gudin. É que nós acreditamos que eliminados alguns fatores, persistem outros, que chamamos de efeito-renda, sobre a nossa balança de pagamentos. Daí o fato de precisarmos selecionar as importações, no sentido de dar maior utilização aos produtos de importação. A política do auxílio do capital estrangeiro é problema que talvez entre meio ao arredo do pensamento dos componentes deste congresso. Acreditamos na necessidade da seleção do capital estrangeiro. Mas por que selecioná-lo? Deve-se selecionar o capital estrangeiro porque ele, ao ser canalizado para o Brasil, necessariamente realiza ou concorre para a realização da poupança interna. Por outro lado, ele moraliza a poupança interna. Quando uma empresa estrangeira traz equipamentos que representam dólares para o Brasil, necessariamente provoca a catalização da poupança interna e externa. Por outro lado, resulta daí que o simples fato do investimento implica em criar ônus futuro para a balança de pagamentos, maior ou menor, de modo que esse fato nos leva à seguinte conclusão, à seguinte política: em primeiro lugar, a transferência de capital estrangeiro para o Brasil, no sentido de complementar a insuficiente poupança interna. Em segundo, é preciso selecionar esses capitais, porque se é muito bom vir capitais, não é bom, entretanto que venha qualquer qualidade de capital, porque determinados tipos de capital não produzem, não colaboram no processo de desenvolvimento econômico. Esse capital não nos é favorável. A primeira condição é sobre se ele produz ou não resultados positivos na balança de pagamentos. É preciso que o capital produza meios de desenvolvimento econômico. Porque se isso não ocorre, ele determina uma pressão futura, sobre a balança de pagamentos, quer dizer, ele vai absorver a escassa capacidade de compra externa do país, sem que tenha produzido ou procurado colaborar no esforço do desenvolvimento econômico. Daí as nossas duas preliminares em relação à política de capitais estrangeiros: primeiro, ser de colaboração eficaz. Sem uma colaboração eficaz do capital estrangeiro não poderemos impulsionar o nosso desenvolvimento econômico, dar-lhe um ritmo adequado, porque há um limite de saturação. Não podemos, para aumentar a capitalização interna, forçar o consumo além de determinado limite, sob pena de provocar inquietação. Então, se há em virtude da insuficiência da capacidade de poupança, podemos aumentar, mas não acima de determinado limite. Acima desse limite, só podemos aumentar a capacidade de investir através da transferência de capital interno. Para que o aumento da capacidade

de investimento, porém, não implique na redução da capacidade dos fatores de produção, dos fatores de investimento, não implique em aumentar ainda mais o gargalo de estrangulamento — o poder de compra externo, é preciso que se faça uma seleção, em prioridade, desses investimentos, naquilo que realmente nos interessa e que possa participar do processo do desenvolvimento econômico, produzindo resultado cambial positivo e não negativo.

ENG^o FIRMINO R. DE FREITAS — Vai-me perdoar o Sr. Orientador dos Debates, mas quero dirigir ao conferencista uma pergunta um pouco mais de ordem prática, apesar da ressalva inicial, de que os debates deveriam permanecer no plano mais teórico. Mas, tocou-se em assunto de investimentos estrangeiros. Estive, há dois meses, presente a uma reunião de industriais, à qual compareceu o conferencista, onde se fizeram sérias reclamações contra os problemas ocasionados com a aplicação da Instrução 113 no Brasil, ou seja, contra o tratamento desigual oferecido ao capitalista estrangeiro, permitindo-se-lhe que importasse sem cobertura cambial, enquanto que isso não era possível relativamente ao capitalista brasileiro. Ouvei do conferencista que a solução para esses problemas viria com a aplicação de uma política de tarifas acertada, correta, e era isso que se pretendia com a nova lei de tarifas, que estava sendo elaborada no Ministério da Fazenda. Realmente, confesso que não consigo compreender muito bem como essa política tarifária poderá corrigir um erro que a instrução vem ocasionando na sua aplicação, uma vez que a própria instrução não prevê tal erro. Pediria ao Dr. Gerson um esclarecimento um pouco mais extenso desse assunto.

ECON. GERSON AUGUSTO DA SILVA — A minha posição naquele momento era um pouco diferente da de agora. Reclamava-se do governo modificação da legislação sobre capitais estrangeiros ou da política sobre capitais estrangeiros, que estivesse sob certa forma expressa na Instrução 113. Afirmava eu que era inoportuna, naquele momento, a modificação da instrução e por duas razões. O reajustamento de tarifas modificava as condições em que se operava no momento. Em primeiro lugar (aliás, três são as razões e não duas, conforme afirmei inicialmente), a tarifa relativa a equipamentos e máquinas do sistema de proteção, hoje está feito de forma inadequada, porque essa tarifa, que hoje é representada pelo ágio diferencial de uma categoria para outra, não tem discriminação suficiente. O sistema de câmbio, hoje, funciona como se fôsse uma tarifa que tivesse cinco taxas para toda a gama de produtos. Não tinha um poder discriminatório adequado. Ora, a tarifa iria, em relação ao problema de capitais estrangeiros, como transferências de equipamentos, proporcionar uma modificação parcial do problema, através da proteção da indústria já existente no País, indústria de máquinas, o que afetaria um pouco os pressupostos da política expressa na Instrução 113.

O segundo problema resultaria de que a tarifa traria, inevitavelmente, ua modificação na estrutura do sistema cambial.

Ora, a Instrução 113 está fundamentada na mecânica do atual sistema cambial — sistema de cinco categorias, etc. — e se êsse mecanismo ia ser alterado como decorrência da tarifa, seria inadequado antecipar uma modificação de política ou do instrumento de ação, quando essas condições seriam mudadas, seriam transformadas como decorrência da tarifa.

Em terceiro lugar, porque (e aqui vai uma pequena crítica) hoje a política de capitais estrangeiros está, de certa forma, definida pelo Conselho da SUMOC, que é o nosso Conselho de política monetária. O problema de capitais estrangeiros está ligado aos pressupostos de uma política de desenvolvimento econômico. E não é muito adequado, e nunca se imaginou mesmo, por exemplo, uma junta do Banco Central decidir sôbre problemas de desenvolvimento econômico.

Ora, voltamos ao problema da inadequação dos instrumentos da política monetária para servir aos objetivos da política estrutural do desenvolvimento econômico. Isto para se falar apenas da inadequação do instrumento.

Por outro lado, o Conselho da SUMOC, formado por diretores de órgãos que se reúnem esporadicamente, sem nenhuma formação básica, sem colocar as suas decisões a serviço de nenhum pressuposto da política econômica, dando soluções à medida que os casos vão aparecendo, vão decidindo, praticamente, em tese.

O Dr. Eros Orosco que participa do Govêrno, sabe que muitas vêzes muitas decisões são difíceis porque não são institucionalizadas, faltam balizas para situar os pontos cardiais. Uma determinada solução precisa situar-se num plano um pouco geral, precisa partir de determinados pressupostos um pouco mais amplos.

Institucionalmente, o Conselho da SUMOC que é especialmente um conselho monetário, não está adequado para decidir sôbre problemas de política econômica mais ligados a processos de desenvolvimento econômico.

Por outro lado, estamos na crença que a criação do Conselho de Política Aduaneira, estando o problema de política aduaneira ligado a pressupostos de política do desenvolvimento econômico, porque de natureza estrutural, o Conselho de Política Aduaneira, pela natureza dos instrumentos com os quais vai atuar, ligados aos aspectos estruturais da economia e ao mesmo tempo tendo que colocar cada decisão dentro de uma diretriz geral de política não de ajustamento do desequilíbrio conjuntural, mas de desenvolvimento econômico e ao mesmo tempo formado de elementos que esperamos técnicos de nível alto, possa criar, dentro do govêrno, institucionalizar, dentro do govêrno, um mecanismo de formulação de política, de fixação dessas balizas, e, ao mesmo tempo, utilizar instrumentos que são adequados à

política. Não porque a tarifa vai resolver o problema, mas vai criar condições instrumentais e institucionais que tornem possível colocar melhor o problema da política de investimento estrangeiro e, portanto, tornar possível equacionar de forma mais adequada a análise do problema que hoje está pôsto pela Instrução 113. Daí o fato de termos afirmado, em vista das ponderações do Dr. Moraes, a inoportunidade de se modificar, neste momento, a política expressa na Instrução 113.

ENG^o EROS OROSCO — Diante do adiantado da hora, acho que somente um tema deve ser abordado, pela sua importância, e que se refere ao problema tarifário. Entretanto, indago da assistência se, com relação ao assunto até agora debatido, há alguma observação a ser feita. (Pausa) Neste caso, eu lançaria como tema, que sem dúvida é bastante relevante, sobretudo pela ênfase dada pelo conferencista à importância que deve ter, para a economia brasileira, a instituição de nova tarifa. De modo que eu lançaria este tema, como assunto final desta nossa troca de idéias: a tarifa. Esperamos que dentro em pouco tenhamos uma nova tarifa aduaneira, uma verdadeira tarifa, para substituir àquela vetusta instrução alfandegária que desde 1932, há 25 anos, portanto regula parte da economia brasileira. O assunto está no domínio público, inclusive devido a notícias de rada pela comissão de Finanças da Câmara. Parece-me, entretanto, que eu não seria indiscreto se solicitasse ao orador fizesse uma explanação sobre as diretrizes gerais adotadas naquela instrução, tendo em vista que o conferencista participou vivamente da elaboração desse projeto tarifário.

ECON. GERSON AUGUSTO DA SILVA — Apenas para comentar algumas consequências que resultaram. Para estabelecermos os níveis tarifários, evidentemente partimos da idéia de uma taxa de equilíbrio de câmbio que o atual sistema cambial não permitiria supor quais seriam as consequências, mas os que tiverem curiosidade verificarão que dentro do sistema cambial, dentro do próprio projeto de tarifas há uma pequena adaptação do mecanismo do atual sistema, para não entrar em conflito com os objetivos da tarifa. Mas ficou estabelecido no projeto as seguintes normas: os produtos que hoje estão distribuídos em 5 categorias, para efeito de controle cambial, seriam distribuídos ou agrupados em duas categorias. Na primeira categoria computamos os produtos de procura mais ou menos racional, de procura rígida, ligados fundamentalmente ao problema do desenvolvimento econômico. Quer dizer, há um certo número de importações que precisamos fazer para manter em funcionamento a máquina econômica do país. São os combustíveis, matérias primas que não possuímos, bem como peças para substituição de equipamentos. Quer dizer, para manter o nível atual de atividade interna, para não provocar o desemprego dos equipamentos já instalados no país, precisamos de uma cota muito grande

de produtos importados, dentro da nossa capacidade de importação. Precisamos, por outro lado, de uma elevada cota de matérias que vão, finalmente, aumentar o nível de emprêgo, isto é, equipamentos novos. Isto implica na criação de necessidades adicionais. 'Ésses produtos de manutenção ou de aumento do nível interno de emprêgo foram colocados na categoria geral.'

Por outro lado, alguns bens de consumo, ou pelo menos de consumo genérico, portanto, já nos hábitos de consumo da grande massa consumidora, para ésses produtos o que funcionará é apenas um câmbio ajustado e tarifas, isto é, não haverá medidas restritivas do comércio. De outro lado está uma massa de produtos sôbretudo bens de consumo restrito, para os quais há dois componentes restritivos da sua importação. Primeiro é que as tarifas são bem mais altas. Na primeira área de produtos a tarifa é instrumento de proteção, quer dizer, procurou-se um nível necessário e suficiente para eliminar a possível competição de produtos importados à indústria interna. Na segunda área, a tarifa foi colocada acima dos limites necessários; ela é punitiva, é penalizadora da importação. Disso decorre a primeira concepção. Para determinados autores, como o professor Gudin, que nos criticou acerbamente pela solução que demos, só por causa da inflação é que há uma procura irracional, uma demanda exagerada dêsses bens de consumo, de modo que, eliminada a pressão inflacionária, a tendência seria normalmente em sentido da redução dessa mesma procura. Criticava-nos, portanto, por haveremos determinado que a tarifa devesse atingir objetivos que não são de natureza tarifária. Há certa razão, convenhamos, porque essa tarifa pode provocar um mal, que é o de criar precisamente em relação aos produtos de menor essencialidade um estímulo muito maior, muito mais forte, portanto, uma distorsão, um desvio dos fatores internos de produção, para aquelas áreas que estão super-protegidas na tarifa e que a tarifa cria condições de mercado. O dilema era êste, porém: ou colocar uma super-tarifa ou colocar apenas em nível necessário para a proteção, correndo o risco de que ésses produtos, em virtude da procura irracional, vir a absorver o produto da compra externa do País.

Partimos do seguinte pressuposto: a insuficiência de recursos cambiais, é um ponto de estrangulamento mais grave do que o da criação interna de poupança. Então, acreditamos no mal decorrente do desvio de capitais internos. Entendíamos, entretanto, que, em virtude da importância decisiva das importações para o desenvolvimento econômico do país, que era preferível correr o risco de um certo desperdício dos capitais internos, do que a desperdiçar um dólar da importação, porque enquanto temos uma renda nacional interna de 600 bilhões de cruzeiros, temos um poder de compra externa que excede um pouco mais de 10 %.

Portanto, para nós é muito mais fácil uma política de criar poupanças internas, do que criar poder de compra externa. Então, optamos pelo mal menor.

Também acreditamos que não é apenas a inflação que provoca uma demanda irracional de bens de consumo. Num país estruturalmente caracterizado por altos desníveis na distribuição de renda como o Brasil, o efeito emulação, o consumo induzido, provoca nas classes de poder de compra mais alto, uma pressão irracional sobre o balanço de pagamentos. Se tivéssemos um nivelamento um pouco maior na distribuição da renda social, poderíamos admitir, em virtude desse desnível, uma determinada parcela, minoria, da população com um poder de compra capaz de, sem respeito ao mecanismo dos preços, absorver, no regime de competição normal, uma parcela importante da nossa capacidade de importar.

Daí o fato de termos procurado penalizar, quando fomos acusados, por aqueles que entendiam que era a pressão inflacionária que gerava essa demanda adicional de bens de consumo, de que estaríamos deformando o instrumento de caráter permanente para corrigir uma deformação de natureza conjuntural. Mas não foi essa a intenção que presidiu. Entendemos que, estruturalmente, mesmo eliminada a pressão decorrente do processo inflacionário, a tarifa precisa penalizar os bens de consumo porque há uma procura irracional que é exacerbada pela inflação e que, mesmo sem inflação decorre dos altos desníveis da distribuição social da renda, num país da nossa estrutura econômica. E foi intencional esta aparente deformação, mas ligada a problemas de ordem estrutural e não conjuntural.

Não obstante, entendeu-se que a procura desses bens, além de deformada, por razões de ordem estrutural, era ainda exacerbada, em virtude das transferências da renda provocada pelo processo inflacionário. Daí o fato de, mesmo colocando uma tarifa mais alta, termos considerado imprescindível complementar a tarifa, por um sistema de restrições quantitativas, usando o controle cambial nesse setor.

Entendemos, entretanto, que essa divisão em duas categorias e, portanto, o custo adicional que vai resultar do controle cambial, decorre, esta sim, da pressão adicional provocada pela inflação, e entendemos que, eliminada a inflação, ou, pelo menos, conjugado o processo inflacionário, este controle adicional pode ser eliminado porque a tarifa foi preparada — isso no pressuposto de se ter acertado — foi preparada para promover uma seleção adequada das importações, portanto, racionamento adequado da utilização dos recursos cambiais, tendo em vista a pressão decorrente do processo de desenvolvimento econômico, ou seja, os fatores de ordem estrutural.

Daí decorre isto que é a concepção básica, pelo menos, os preceitos fundamentais. Entendemos que para não correremos os riscos internos dos investimentos precisaríamos operar através

de um impôsto de consumo, além de usarmos uma política de crédito, pluralizando um pouco mais os produtos, para que não houvesse o estímulo adicional para os investimentos nesse setor, para, através do impôsto de consumo, corrigir aquilo que a tarifa provoca. Daí o fato de haveremos, no ano passado, proposto uma reforma da política das tarifas. Estamos acreditando que a tarifa vai provocar, de fato, a nossa tese inicial, de ajudar a política do impôsto de consumo, aquilo oque decorre da instrução aduaneira.

ENG^o HENRIQUE ANAVATE — Se me permite o Sr. conferencista, eu desejava consultá-lo sôbre se essa tarifa, para determinados artigos, aliada a uma prévia majoração do impôsto de consumo, não vai provocar excesso de clandestinidade na importação dêsses produtos, dado o seu elevado valor no mercado legal. Digo isso porque em 1953 as estatísticas brasileiras davam que não havíamos importado relógios da Suíça. E as estatísticas suíças davam uma importação de 20 milhões pelo Brasil. Isso se explica sômente pelo contrabando. Por mais esfôrço que as autoridades façam, isso sempre acontecerá. Mas haverá incremento dessa clandestinidade?

ECON. GERSON AUGUSTO DA SILVA — Tôda política fiscal para o desenvolvimento econômico, em qualquer dos setores, implica em mecanismo de restrições. O nosso problema seria o de abrir mãos da tese da ação ativa do Estado, na proporção do desenvolvimento econômico, a fim de cairmos no liberalismo puro e simples. Não havendo nenhum sistema corretivo, haveria estímulo à fuga. Mas é preciso pensar melhor nos meios de repressão. Mas é inevitável que isso ocorra. E' evidente que muitas vêzes se ultrapassa os limites de prudência, sôbretudo em relação ao problema que o senhor situou. O relógio é um produto de consumo geral. Quando nos referimos a medidas de restrição do consumo, não é bem consumo, por ser o relógio um bem de consumo, mas por ser bem de consumo restrito. Isso decorre do estágio de desenvolvimento econômico. Nos Estados Unidos o automóvel é um bem de consumo genérico, porque é vendido a preço baixo, de modo que cada um possui um automóvel. De maneira que nenhuma medida restritiva seria explicável ou compreensível, porque se trata de bem de consumo genérico. No Brasil ainda é bem de consumo mais ou menos restrito, porque o automóvel, mesmo o automóvel de passageiro, em parte é bem de consumo, em parte é bem de produção. O automóvel de uma pessoa, o automóvel de praça, é um instrumento de trabalho, é bem de produção. Entretanto, não estamos em condições de saber, ou melhor, de separar um do outro. Mas o automóvel de passageiros é bem de consumo restrito. Não importa considerar se é necessário, ou não. A geladeira, por exemplo, é essencial ou não? O que se cuida é saber se em face da renda média, da renda «per capita», da renda brasileira, só uma minoria tem condições econômicas para utilizar êsse

bem de consumo. Podemos afirmar que o relógio se vai transformando num bem de consumo genérico. Sabemos que cêrca de noventa mil passageiros viajam por via aérea e mais ou menos quarenta mil, por via marítima. Portanto, são mais ou menos 130 mil passageiros. Se admitirmos que cada uma traga, naturalmente, três ou quatro relógios, como até eu mesmo já fiz, isso atingiria uma cifra muitíssimo alta. Daí o fato de o govêrno ter colocado na segunda categoria a importação de relógios, ao invés de na quinta, e o fato de a tarifa não ter penalizado o relógio. A tarifa sôbre relógios de pulso é das mais baixas, partindo do pressuposto da impossibilidade de contrôle eficiente. De maneira que o problema existe e em certos casos é preciso abrir mão da tese para considerar a impossibilidade de tornar efetiva a tese. Não haverá nenhum sistema de tarifa, ou de contrôle, ou restrição, ou aumento de impostos, que não desvie a corrente de capitais para outros setores, que não estimule, evidentemente, manobras de fraude. Mas o problema é de opção. Não abrir mão, deixar que o ritmo do desenvolvimento econômico se processe normalmente e não vejo como se possa passar a um ritmo adequado, sem que seja impulsionado adequadamente, numa economia subdesenvolvida. Ou então correr o risco de certa burla do sistema e procurar melhorar tanto quanto possível os instrumentos de correção.

ENG^o HENRIQUE ANAWATTE — E' uma lástima, mas se o conferencista me permite, abordarei, rapidamente, o assunto. Como disse, é fora do tema abordado por V. Excia. Trata-se da criação da taxa do Fundo Nacional de Eletrificação há uns três anos atrás. Antes de mais nada, consulto se está afeto à sua direção o recebimento dessa taxa.

ECON. GERSON AUGUSTO D ASILVA — Não. Ela é entregue hoje quase que automaticamente ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.

ENG^o HENRIQUE ANAWATTE — Tôda ela?

ECON. GERSON AUGUSTO DA SILVA — Antes era o Banco do Brasil que recolhia. Hoje é administrado pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.

ENG^o HENRIQUE ANAWATTE — Só queria fazer uma observação interessante: a lei que criou o Fundo Nacional de Eletrificação preveu o recolhimento geral da taxa e preveu uma devolução principalmente às indústrias metalúrgicas em que a influência do custo do quilowatt-hora, aliás, o custo da energia, é sobremaneira interessante no custo final do produto. Mas, o que ocorreu, dada a rapidez da votação da lei, é que se esqueceram de prever como seria feita essa devolução, por que verbas seriam feitas essas devoluções.

As indústrias, e há várias aqui no Sul, em São Paulo e em Minas, estão se debatendo de forma incrível para ver como receber êsse dinheiro acumulado há dois anos e que se prevê que vai acumular mais um terceiro.

Posso citar, para ilustração, que apenas uma indústria em São Paulo terá no fim dêste ano 30 milhões de cruzeiros a receber do Governo Federal como devolução e não encontra meios para o conseguir. Há uma indústria em Minas com mais ou menos 20 milhões de cruzeiros a receber, uma no Rio Grande do Sul, onde eu trabalho, com 3 milhões de cruzeiros, e uma aqui em São Paulo que não me quis dizer quanto, mas que eu avalio em 30 milhões de cruzeiros também. Isso, as que eu conheço. Neste momento estou incumbido por êles de estudar uma proposição de reforma dessa lei para ver se conseguem receber êsse dinheiro do Governo Federal.

Não poderia deixar de aproveitar esta oportunidade, já que falamos tanto em tarifas, em taxações, e uma tarifa, vamos dizer, interessante, para desenvolver bens de consumo, aumentar a poupança, etc., de consultá-lo sôbre uma forma de se receber êsse dinheiro. Quem sabe eu poderia utilizar suas sugestões nesse encaminhamento e ficaria grato por qualquer solução.

Só peço desculpas por tomar êsse tempo que deve ser precioso para o senhor.

ECON. GERSON AUGUSTO DA SILVA — Estou tentado a transferir a resposta. Está presente aqui o Dr. Humberto Espírito Santo que é um dos criadores da idéia do impôsto sôbre a electricidade e que transformou isso numa quase obsessão pessoal. S.Sa. é um dos maiores, muito mais do que eu, — eu não sou nada — mas S.Sa. é o grande responsável por isso. Inclusive se realmente isso ocorreu, S.Sa. teria uma certa obrigação de, agora, colaborar no sentido da correção. Se o Sr. Presidente da Mesa me permitir, transfiro para o Dr. Humberto Espírito Santo o comentário a respeito das observações.

DR. HUMBERTO ESPÍRITO SANTO — E' uma honra e um prazer poder colaborar nesse debate. Canquanto o nobre diretor considere o automóvel um bem de consumo, eu sou o responsável pelo seu transporte ao aeroporto (risos) e tenho que zelar também pelo grande trabalho que está desenvolvendo pelo bem da nossa política fiscal, etc.

Vou responder, e o faço com muita alegria, embora o tempo seja escasso, pois tenho de andar regularmente até o aeroporto e não posso correr muito para proteção inclusive à minha vida.

O assunto, realmente, requer uma conversa detalhada porque são progressivos aquêles limites compreendidos no parágrafo que cuida dessa matéria. Tenho dúvidas até sôbre êsse montante que está sendo aludido. Essa quantia me pareceu muito elevada, de vez que a participação da energia elétrica no custo da produção obedece a um critério muito complexo.

Minha opinião pessoal é a de que nenhuma empresa no Brasil teria direito a essas quantias porque é uma percentagem muito elevada e não daria azo a uma devolução. Um exemplo rápido: o caso da indústria do alumínio que consome maior percentagem de energia elétrica. No cálculo que eu fiz com

um amigo engenheiro, êle achava que nem mesmo a indústria do alumínio poderia receber essa cota do Fundo Federal de Eletrificação. Quer dizer, é um problema muito complexo. Eu me ofereço para, com muito prazer, conversar com o ilustre interpelante. Mas dado o adiantado da hora, como sou o responsável pelo transporte do Dr. Gerson Augusto da Silva, pediria licença para transferir essa conversa para uma outra oportunidade.

ENG^o EROS OROSCO — Parece-me que as apresentações estão feitas. E o problema é complexo. Seriam necessários esclarecimentos e trocas de idéias que não caberiam nem mesmo num debate como êste que estamos travando.

ENG^o HENRIQUE ANAWATTE — Eu ficaria satisfeito se o Sr. Humberto do Espírito Santo me concedesse essa entrevista. O número que citei é a representação do que foi acumulado nestes três anos. Tenho um documento que a indústria me mandou, já que estou chefiando o movimento.

ENG^o FIRMINO R. DE FREITAS — Acho que todos desejam que o Dr. Gerson chegue vivo ao aeroporto, motivo por que me permito dar por encerrada a presente sessão, agradecendo a sua presença e agradecendo também a presença do Dr. Eros Orosco, das autoridades militares e de todos quantos cooperaram pelo brilhantismo desta conferência.

Está encerrada a sessão,